

# não virão antes da eleição

## Restrições

ARNOLFO CARVALHO

O arrocho na política monetária para conter a inflação será adotado somente após as eleições, provavelmente com medidas de curto prazo nos meses de novembro e dezembro, destinadas a preparar terreno para o corte nos subsídios e a unificação parcial dos orçamentos monetário e da União que entrarão em vigor em janeiro.

Esta decisão já está praticamente acertada pelas autoridades econômicas, embora não possa ser admitida abertamente, de acordo com fontes da área financeira governamental, que vêm acompanhando de perto as críticas formuladas por ex-ministros e empresários, preocupados com a reativação das pressões inflacionárias, atribuídas novamente aos gastos das estatais e aos subsídios.

### CONTENÇÃO

Até o final de outubro, segundo estes raciocínios, a economia terá que se contentar com medidas de "ajuste temporário" adotadas em duas frentes: na área das empresas estatais estas decisões já estariam tomadas, incluindo os cortes de importações e a severa vigilância sobre seus orçamentos; o Banco Central já se dispõe a exercer também um esforço extra para baixar as taxas mensais de expansão da base monetária (emissão primária de moeda), cujo índice em doze meses subiu para 83,1% ao final do primeiro semestre quando, originalmente, a meta era apenas 50% ao longo deste ano.

Mas existe pouca margem de manobra nesta área, embora haja um consenso sobre a necessidade de baixar a base pelo menos ao nível dos meios de pagamento,

cuja expansão em doze meses chegou a 74,5% no final de junho. A principal dificuldade é que, por questões políticas, o governo não se dispõe a alterar antes das eleições o crédito agrícola subsidiado, responsável pelas principais pressões sobre a expressão da base monetária no mês passado.

Uma das alternativas em cogitação seria, nesta área, alterar o sistema de apoio creditício às exportações, passando uma maior parcela de responsabilidade aos bancos privados. Para se ter uma ideia, somente em junho os refinanciamentos do Banco Central destinados a manufaturados exportáveis absorveram Cr\$ 20,1 bilhões, com forte pressão sobre a expansão da base monetária. Modificações na área do comércio exterior são aguardadas para as próximas semanas, tendo em vista o fraco desempenho das exportações, mas seria muito arriscado alterar de repente o sistema de subsídio creditício às vendas externas.

Por enquanto, o Banco Central vai acelerando as minidesvalorizações do cruzeiro - de modo a deixar de lado a política até então adotada de manter o reajuste cambial nunca superior à correção monetária com o objetivo de aproximar o câmbio das taxas de inflação e, assim, estimular as exportações um pouco mais. Esta alternativa, de qualquer forma, tem reflexos realimentadores imediatos sobre a inflação interna.

### ARROCHO

Após as eleições, entretanto, será inevitável o arrocho monetário, embora as autoridades neguem esta intenção, sob o argumento de que não se pretende provocar outra recessão no próximo ano. As fórmulas

serão as mesmas, apesar de tudo, devido às exigências internacionais.

O mais provável é que os conselhos do ex-ministro da Fazenda, Octávio Gouveia de Bulhões, sejam levados em conta pelo menos parcialmente, com uma redução geral nos subsídios à agricultura e ao setor exportador, cujas taxas de juros seriam elevadas a nível mais próximo do custo real do dinheiro no mercado.

A sugestão de se aumentar o juro agrícola no Banco do Brasil não pode ser oficialmente admitida neste período pré-eleitoral, pois causaria tanta insatisfação no meio rural que o projeto político do governo - de ver as áreas do interior compensando os votos que os grandes centros urbanos destinarão à Oposição - ficaria totalmente inviabilizado.

A fórmula de cortes nos subsídios, sem a correspondente contenção na oferta de crédito, agrada a muitos economistas do governo por não implicar em novo desaquecimento excessivo das atividades econômicas, uma vez que as taxas de juros no mercado poderiam se estabilizar num patamar mais baixo do que o atual, a partir do momento em que houvesse uma redução substancial nos índices da inflação.

Até novembro, com certeza, as autoridades econômicas continuarão adotando paliativos, enquanto o governo, como um todo, se esforça para atravessar a atual avalanche de críticas do setor empresarial com um arsenal mais retórico do que concreto: ou seja, cônclamando os empresários, a uma união de esforços destinada a salvar a nação de crises ainda mais graves na economia.